

Contribuições de Clóvis Moura para o Serviço Social brasileiro: por uma formação antirracista

Sandra Regina Vaz da Silva^{*}; Maria Helena Elpidio^{**}; João Paulo Valdo^{***};

Gustavo Fagundes^{****} e Leonardo Dias Alves^{*****}

Resumo:

O artigo aborda a contribuição da obra de Clóvis Moura para o debate da questão racial no Serviço Social brasileiro. Parte do esforço coletivo de estudos bibliográficos que indicaram um conjunto de categorias do pensamento moureano que atravessam a formação social brasileira e têm na questão racial, pedra de toque nas relações de produção e reprodução da vida social no processo de constituição e desenvolvimento do capitalismo. O estudo bibliográfico retoma, desta apreensão, o diálogo entre as categorias apresentadas por Moura e os fundamentos que orientam a formação e o trabalho do Serviço Social brasileiro na perspectiva histórico-crítica. Pretende-se contribuir para uma formação radicalmente crítica antirracista.

Palavras-chave: Clóvis Moura; Questão racial; Fundamentos e Formação em Serviço Social.

* Doutora em Serviço Social. Professora da Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, Brasil. End. eletrônico: sandravaz@id.uff.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2218-7318>

** Doutora em Serviço Social. Professora da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, Brasil. Pesquisadora nível PQ 2 (CNPq). End. eletrônico: lenaeabreu@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8243-5427>

*** Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Substituto da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, Brasil. End. eletrônico: jp.silvaldo@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1347-8228>

**** Doutor em Serviço Social. Professor da Universidade Estadual do Tocantins, Palmas-TO, Brasil. End. eletrônico: ggf.fagundes@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0893-0515>

***** Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ, Brasil. End. eletrônico: leonardodiasalves93@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9702-0029>

Clóvis Moura's contributions to Brazilian Social Work: for anti-racist formation

Abstract:

The article addresses the contribution of Clóvis Moura's work to the debate on the racial issue in Brazilian Social Work. It starts from the collective effort of bibliographic studies that indicated a set of categories of Moorish thought that cross the Brazilian social formation and have the race question, a touchstone in the relations of production and reproduction of social life in the process of constitution and development of capitalism. From this apprehension, the dialogue between the categories presented by Moura and the foundations that guide the formation and work of the Brazilian Social Work in the historical-critical perspective. It is intended to contribute to a radically critical anti-racist formation.

Keywords: Clóvis Moura; Race question; Fundamentals and Formation in Social Work.

Introdução

O presente trabalho é resultado de estudos bibliográficos e debates oriundos do Grupo de Estudos Pensamento de Clóvis Moura. Fruto de uma articulação do Grupo de Estudos Interfaces (Universidade Federal do Espírito Santo) e Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Questão Racial e Serviço Social (Universidade Federal Fluminense), o grupo nasceu no ano de 2021, motivado pelo acúmulo no debate dos fundamentos articulado a necessidade de discutir a questão racial na particularidade da formação sócio-histórica, o diálogo com o serviço social e a realidade brasileira.

Considerando que Clóvis Moura apresenta a questão racial como dimensão constitutiva da totalidade histórica – considera particularidade e singularidades no movimento da história, e por isso, a radicalidade do debate e sua *Dialética Radical*. Mostra neste caminho a práxis mediante os movimentos contraditórios da realidade, que contestam e resistem à lógica obtusa e fracassada do capitalismo como projeto civilizatório e emancipatório da modernidade. Anuncia desde as primeiras rebeliões e resistências das experiências malungas de vidas, capturadas para a travessia do oceano negro da escravidão que, “Vidas Negras Importam”!

Ressaltamos, portanto, ser de grande significância a contribuição do pensamento de Clóvis Moura à formação profissional em Serviço Social, por apresentar elementos centrais que abordam como a questão racial é fundante na constituição da questão social brasileira, demonstrando que esta é intrínseca ao modo de produção capitalista. Ou seja, nos ajuda a apreender no movimento histórico a gênese, o desenvolvimento, as particularidades, as manifestações e os aprofundamentos da questão social na dinâmica da luta de classes, e, por conseguinte, se encontra como elemento fundamental ao serviço social brasileiro, que tem nas expressões da questão social sua matéria prima (Iamamoto, 1995).

Deste modo, compreendemos que o adensamento do pensamento crítico radical de Clóvis Moura sobre o debate racial e a realidade brasileira, se constitui como estratégico para o fortalecimento do projeto de formação profissional e consequentemente, do exercício da profissão no horizonte do projeto ético-político brasileiro (Elpidio, 2021) e de uma formação antirracista, vinculada a lógica curricular instituída pelas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996), composta por núcleos de fundamentação que permeiam a formação profissional em Serviço Social.

Nessa direção, apresentamos o artigo estruturado em três momentos. Um primeiro aborda em linhas gerais as contribuições da obra moureana, priorizando algumas categorias que dialogam com a particularidade da formação social brasileira e os fundamentos do serviço social; um segundo tópico, que retoma a formação profissional em Serviço Social e sua lógica curricular; e por fim, o terceiro ponto que e reforça a importância do debate na perspectiva de uma formação antirracista.

Clóvis Moura e a particularidade de formação social brasileira

A formação social brasileira soma-se a particularidade latino – americana, de economia periférica, marcada pelo colonialismo, escravismo e relações de dominação e subordinação, com diferentes formas de emergência e desenvolvimento, que são permeadas por uma dupla articulação entre desenvolvimento desigual interno e dominação imperialista. Moura (2021) inclusive aponta que o elemento que unifica os países da América Latina é a pobreza, miséria e a condição de subdesenvolvimento oriunda da condição inicial de escravização da população latina.

Fundamentado na crítica da economia política de Marx (2013), Clóvis Moura (2014b) aponta para a escravidão moderna como inerente a acumulação primitiva do capital no processo de constituição, desenvolvimento e expansão do capitalismo mundial, marcado por formas desiguais e combinadas que forjou uma economia dependente, como na particularidade da formação social brasileira.

O racismo é constitutivo do capitalismo, e seu significado, embora ambivalente, é um mecanismo ideológico de dominação criado para justificar a expansão e dominação territorial das nações, a partir da hierarquização das relações étnico-raciais.

Nessa direção, o desenvolvimento interno da sociedade colonial, caracterizada por um sistema de estratificação social fechado em sua estrutura, e o papel das nações colonizadoras no processo de expansão comercial e mercantil, teve como base o escravismo colonial (em suas fases plena e tardia) e o tráfico transatlântico.

Se a fase do escravismo pleno foi marcada por uma economia colonial fechada, articulada e subordinada ao monopólio comercial da metrópole, na fase do escravismo tardio ocorre a desagregação do regime escravista e a formação da sociedade brasileira a partir de um novo arranjo jurídico-político que, antecedendo a abolição da escravatura, transformou a legislação escravista, a importação da mão de obra imigrante para o trabalho assalariado e a consolidação da dependência econômica como mecanismos necessários.

Nessa direção, Moura (2014a) demonstra o dinamismo do sistema escravista a partir de dois importantes marcos – escravismo pleno (1550 à 1850) e escravismo tardio (1850 à 1888) – e o processo de modificações sem mudanças estruturais em que a formação da sociedade brasileira passou, preservando o domínio e interesse das nações do centro no mercado capitalista mundial em expansão (Silva; Fagundes, 2022).

Assim, o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, bem como a realidade latino-americana, ocorreu de forma tardia, com elementos comuns oriundos de formações sociais em que este (capitalismo) teria se desenvolvido por uma via “não clássica”, determinada pelo colonialismo. Foi, portanto, pelo sistema colonial que o processo de objetivação do capital emergiu e com caráter necessariamente dependente.

Conforme os estudos de Silva e Fagundes (2022) “o Brasil da metade final do século XIX respondia às tendências estabelecidas no âmbito do mercado mundial e da divisão internacional do trabalho” (p. 226-227) devido ao processo de ampliação e consolidação das relações comerciais em nível internacional.

Inaugurado nos marcos do período imperial (1822-1889), o modo de produção capitalista esteve profundamente marcado pela dependência político-econômica e por um latifúndio escravista que garantiu um rearranjo entre trabalho escravizado e regime de assalariamento por décadas. Uma transição que concentrou africanos e seus descendentes escravizados e trabalhadores livres nos mesmos espaços de trabalho.

Assim, a modernização brasileira apesar de estabelecer um conjunto de valores nas relações entre grupos e classes sociais, esteve em sua essência, subordinada aos interesses do capitalismo internacional – particularmente inglês –, à classe senhorial que detinha a posse do escravizado e de parcelas livres. A burguesia nacional nascente valeu-se da modernização via endividamento externo, para estabelecer a conciliação e manutenção de seus privilégios de classe na passagem do escravismo tardio para o trabalho livre (Moura, 2014a).

Os marcos jurídico-político do processo de decomposição do escravismo tardio para o trabalho livre aliado à manutenção de interesses e privilégios da jovem burguesia corresponderam: a Tarifa Alves Branco (1844), a Lei da Terra (1850), Lei Eusébio de Queiroz (1850), Guerra do Paraguai (1865-1870), o movimento

imigracionista associado à política do branqueamento. Ou seja, uma junção de mecanismos que combinaram elementos jurídico-políticos e ideológicos na base da constituição e desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Em ambos marcos temporais (escravismo pleno e escravismo tardio), Moura (2014a) também destaca a resistência negra como marca substantiva de sua libertação e humanização. Isso porque, ao ser socialmente coisificado na relação econômica estabelecida, a integração do sujeito escravizado nessa relação criava elementos da própria contradição que mantinha o equilíbrio social desse sistema: o antagonismo entre senhores e escravizados (Moura, 2014 a).

Quilombos, guerrilhas, suicídios e insurreições compuseram a luta pela libertação numa relação marcada pelo antagonismo entre duas classes sociais: senhores e escravizados. Como afirma Moura (2014b, p.398): ao negar a sua condição escravizada, mesmo sem conscientização, o quilombola criou as “premissas para a projeção de um regime novo no qual o trabalho seria exercido pelo homem livre e que não era mais simples mercadoria, mas vendedor de uma: sua força de trabalho”.

A resistência retardou o processo de produção e criou desajustes que impulsionaram a sociedade para a construção de novas formas de sociabilidade. Nesse sentido, Clóvis Moura em todo seu pensamento e produção intelectual procurou demonstrar que, ao contrário da designação passiva dada ao escravizado pela historiografia brasileira, sobretudo conservadora, nas dimensões econômico-sociais o escravizado em fuga representava a negação da ordem estabelecida. A antinomia da sociedade brasileira.

Logo, os desdobramentos em torno dessa realidade se voltaram para o controle social com estratégias repressivas e também para a sua libertação, através da emergência de campanhas abolicionistas que passou a ganhar força no século XIX através de instituições legais, posições parlamentares em apoio à manumissão e ligas voltadas a alforria (Moura, 2014b). A resistência negra potencializou desgastes no sistema escravista e demarcou a participação de negras e negros enquanto sujeitos políticos, também incorporado nos diferentes movimentos organizados, segmentos sociais e políticos da história.

Esses elementos demonstram que por uma via “não clássica” a “revolução burguesa no Brasil” foi instituída, mas, mediante a conciliação de interesses que manteve a população negra de fora do processo. Ademais, valeram –se ideologicamente de escravizadas e escravizados como posse, mercadoria é coisa, de relações raciais hierarquizadas para perpetuar os interesses econômicos, políticos e ideo-culturais de um projeto de nação que passava a ser construído.

Nessa esteira, caberia a incorporação da população negra no mercado de trabalho de forma subalterna e suplementar após 1888, pois como vimos, o trabalho livre já havia sido dinamizado, ainda que o desenvolvimento industrial fosse ínfimo,

com a ocupação significativa e crescente de imigrantes europeus na consolidação de um projeto que pretendia ocultar a herança da escravidão e modificar a imagem do país, valendo – se do genocídio da população negra via branqueamento da sociedade brasileira.

Apesar do lugar subalterno ocupado pela população negra no mercado de trabalho, educação, território e demais acessos, o discurso hegemônico construído como projeto da classe dominante é o da existência de uma falsa democracia racial que logra um processo de responsabilização da população negra por sua própria condição.

Vimos até aqui, que o debate moureano traz contribuições fundamentais para apreensão radical das relações sociais que perpassa pelo movimento histórico da luta de classes (que tem cor, sexualidade e territorialidades). Ademais, ajuda no desvelamento de contradições que envolvem as relações Estado e Sociedade na particularidade da formação social brasileira, cujas respostas estão permeadas pelo autoritarismo, militarização da vida e despolitização da questão social (que não se desvincula da questão racial – ao contrário, muitas vezes serve de cortina de fumaça aos olhos da sociedade racista como sustentáculo da classe dominante).

Nesta direção, o próximo item retoma o debate dos fundamentos e da formação profissional e como o debate racial mediado por Clóvis Moura, nos ajuda nesta busca de uma dialética radical.

Clóvis Moura, formação profissional e fundamentos do Serviço Social.

O Serviço Social é uma profissão de caráter sociopolítico, crítico e interventivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho. O objeto de estudo e intervenção profissional é a chamada “questão social” e a manifestação das suas expressões no cotidiano institucional de trabalho das/os assistentes sociais e na (re)produção da vida material e espiritual da população usuária de seus serviços.

É uma profissão que se fundamenta em conhecimentos teóricos, práticos e políticos, assim como em valores e pressupostos éticos (Guerra, 2020). Além disso, é especializado no trabalho coletivo dentro dos quadros do capitalismo industrial e da expansão urbana brasileira (Iamamoto, 2012).

Sabemos que o legado crítico desta profissão é forjado no movimento de reconceitualização desde a década de 1960, com questionamentos que partem da realidade Latinoamericana frente ao Imperialismo e as profundas mazelas sociais e econômicas que assolam a história dos povos e classe trabalhadora deste vasto continente. Isso implicou nas mais distintas posições e leituras teórico-políticas sobre este processo e sobre a própria concepção de profissão. Fruto das aproximações sucessivas do real, do aprofundamento de tendências críticas do pensamento social e das lutas e movimento na história, o serviço social se renova

(Iamamoto; Santos, 2021). Mas, são nas décadas posteriores (1970 e 1980) que se constitui o marco histórico da cultura profissional do Serviço Social, que promoveu permanentemente a revisão crítica das nossas formações e representações teórico-metodológicas, didático-pedagógicas, ético-políticas e jurídico-formal, construídas coletivamente. (Guerra, 2019)

Autoras como Yazbek e Iamamoto (2019), apontam que no processo histórico brasileiro o debate sobre os fundamentos na direção do marxismo amadurece e adensa-se diante da necessidade garantir a concepção de um *Serviço Social na História*, pautado na profunda articulação entre *história, teoria e método*, reivindicando a história radical do movimento das classes e sua superação como horizonte das transformações sociais, dos fundamentos e do trabalho profissional (Iamamoto; Santos, 2021). Neste bojo, as diretrizes curriculares são parte importante desta construção, pois apontam uma nova direção social para a profissão, indicando um perfil profissional que deve ser pretendido pela formação:

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissionais dotados de formação intelectual e cultural *generalista crítica*, competente em sua área de desempenho com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do assistente social (BRASIL, 1999).

É importante pontuar a necessidade de desvelar, analisar e compreender a relação estabelecida entre o Serviço Social e o racismo, e, fundamentalmente, entre a questão étnico-racial e a questão social. Mas essa compreensão, no âmbito da profissão, só pode se dar a partir da apropriação do processo histórico de racialização dos processos que compreendem a produção e reprodução da vida social, de modo a desnaturalizar o racismo no âmbito da formação e trabalho profissional.

Esse é, fundamentalmente, um dos debates que precisam ser contemplados ao analisar os fundamentos do Serviço Social brasileiro, principalmente ao considerar os avanços e limites que esse debate alcançou nas últimas décadas no âmbito da profissão. Neste sentido, a questão racial precisa ser tratada como elemento constitutivo das relações sociais, em especial no Brasil. Assim, a questão deve ser tratada não como mero desdobramento da questão social ou um tema específico e desarticulado do conjunto da formação e do trabalho profissional.

Na obra moureana, emergem categorias fundamentais que permitem a apreensão da formação da classe trabalhadora, sua divisão racial, sexual, social e territorial do trabalho. A partir da compreensão dos *mecanismos de bargagem* (Moura,

2019), que estiveram presentes no período de escravização (*pleno e tardio*) e se renovaram na constituição da República constituída sobre o *Mito da democracia racial*, de um *país dependente* e autoritário (Moura, 2021). Ademais, provoca pensar o negro como sujeito da história, a promover *rebeliões e quilombos* para alicerçar uma *práxis rebelde* e essencialmente libertária/emancipada (Moura, 2019; 2014a; 2014; 2020; 2021). Esta produção dialoga com a concepção dos fundamentos da profissão uma vez que

Constata-se que tal superação, passa necessariamente, pela compreensão do movimento das classes, uma vez que o serviço social busca a perspectiva da totalidade histórica. Assim, o debate da profissão engloba o enfrentamento das diferentes formas de opressões e exploração de classe, não como fenômenos isolados ou ocasionais, mas como parte inerente da origem e reprodução da lei geral de acumulação capitalista em seus diferentes momentos e particularidades sócio-históricas, onde o racismo precisa ser compreendido como elemento estrutural desta sociedade. (Elpidio, 2020, p. 523).

Desse modo, é possível presumir a partir do referencial crítico que o racismo é estrutural e estruturante no conjunto das relações sociais, presente na dinâmica econômica, social e política, atravessando todas as esferas da vida social (Almeida, 2019). Tal compreensão é, portanto, fundamental para articulação com o debate do trabalho e da formação em Serviço Social na direção do enfrentamento e combate ao racismo.

Assim, se é o processo histórico que nos permite desvelar os fundamentos do Serviço Social, também é ele, que nos permite compreender os estranhamentos e as aproximações do Serviço Social com as relações étnico-raciais.

Ao posicionar o debate da questão racial em uma perspectiva marxiana ao longo de sua obra, Clóvis Moura impõe o deslocamento enquanto uma categoria sociológica e se contrapõe ao que correntes filosóficas alinhadas as distintas frações das classes dominantes organizam nos seus modelos de pensamento baseados na lógica formal-abstrata.

Destarte Iamamoto (2001) aponta a necessidade de maior profundidade a apontar que “a premissa é de que a análise da questão social é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho” (p. 10), o que implica em umbilical ligação com o processo de acumulação e os desdobramentos sobre as classes sociais, em especial a classe trabalhadora. O que “diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura” (p.16) e, portanto, expressa “disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizada por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais” (p. 17). Temos com isso uma firme orientação sobre as raízes e formas de

expressão desse elemento nuclear da profissão e que ao mesmo tempo reserva o centro da intervenção da categoria profissional.

Assim, no bojo das elaborações que buscam contribuir no esforço de atualizar as discussões sobre a questão social¹ e a centralidade do debate das relações raciais nesse processo, é preciso perceber essas conexões também nas discussões sobre a formação profissional e a apropriação dos fundamentos da Teoria Social de Marx. Entendendo o pressuposto da categoria profissional como trabalhadores assalariados, obrigados a vender sua força de trabalho em diversas instituições (sejam privadas, órgãos públicos ou entidades sem fins lucrativos). Qualificar essa temática é parte do processo de orientar a capacidade competente dos assistentes sociais para intervir na realidade do tempo presente, assolada por transformações no mundo do trabalho e que implica em agudização da contradição capital-trabalho e as mais diversas formas de intensificação das formas de exploração, opressões e expropriações.

Nesse sentido é importante ressaltar algumas iniciativas recentes que buscam incidir no debate das relações raciais pertinentes ao Serviço Social. Em 2010 foi criado o Grupo Temático de Pesquisa (GTP) “Serviço Social, relações de exploração/opressões de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades” na Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); em 2016 o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) fez o lançamento da cartilha “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”; em 2015 na ENESSO a criação da setorial Sankofa e o encontro, em 2019, com o mote “A virada agora é preta”; em 2018 ocorreu o lançamento dos “Subsídios para o debate sobre questão étnico-racial na formação em Serviço Social”.

Sob essa ótica, o Serviço Social brasileiro já galgou importantes passos, como a demarcação do Código de Ética de 1993 a respeito do combate a toda forma de opressão e discriminação como um de seus princípios e as Diretrizes Curriculares de 1996 em que está a incorporação de conteúdos sobre a questão étnico-racial nos currículos acadêmicos.

Nesse sentido, a questão racial tende a dar centralidade à unidade articulada preconizada nos Núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares e sendo assim, deve ser parte do cotidiano profissional da categoria, que é um terreno em que podemos apontar as lacunas de perspectivas teóricas e correntes filosóficas vinculadas a lógicas formais e abstratas e o contraponto apresentado pela dialética presente na Teoria Social de Marx. Um embate caro não só para o debate das relações raciais, mas para o Serviço Social e seu legado.

Ressaltamos novamente que as relações raciais não podem ser analisadas apartadas da totalidade social. Para nós, tal constatação abre um flanco de diálogo

¹ Que podem ser observadas na edição n. 42 da revista *Temporalis*. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/issue/view/1410>> Acesso em 30 ago. 2022.

permanente com a Teoria Social de Marx, visto a própria construção interna dos nexos das categorias que dão forma ao método materialista histórico-dialético. Ainda que parcial e com necessidade de maior aprofundamento, essa relação é apontada pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Uma indicação que permite compreender como a formação social brasileira é impregnada de determinações “permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos [...] tais como suas desigualdades sociais, diferenciações de classe, de gênero e étnico-racial” (ABEPSS/CEDEPSS, 1997, p. 65).

A construção de uma formação antirracista a partir da dialética radical do negro

Como vimos até aqui, os pressupostos e os fundamentos que direcionam a formação de assistentes sociais se colocam em uma direção teórico-metodológica apoiada na tradição marxista com uma perspectiva emancipatória da sociedade.

Esta escolha se dá no enfrentamento persistente da profissão para romper com o perfil profissional conservador e tecnicista, característicos das protoformas e do desenvolvimento do serviço social brasileiro. Estas vertentes que colocam a profissão em um campo de disputas, adensam o debate da questão social, da questão racial, do racismo e da eugenia nesta quadra histórica, coerente com a concepção do serviço social na história.

Ao adentrar com maior vigor nesta temática, até então silenciada e secundarizada, hoje fruto de lutas do movimento negro dentro e fora da profissão, se afirma neste contexto a partir das determinações sociais e seus desdobramentos frente às ofensivas da crise do capital, que assola o conjunto da classe trabalhadora e se revelam especialmente, a partir dos impactos do genocídio sistemático da população negra em sua diversidade de gênero, etnia e território.

A obra de Clóvis Moura tem apresentado contribuições importantes para pensar o trabalho e a formação em Serviço Social, na medida em que reivindica na tradição marxista, uma radicalização do enfrentamento e superação do racismo como condição primordial para a superação do capitalismo (MOURA, 2016 e 2021).

A dialética radical moureana interpela o papel da ciência e da produção de conhecimentos hegemônicos que relativizam ou silenciam o racismo. Deste modo, o autor propõe em diversas obras, uma ciência que contribua para retirar o negro do lugar de objeto, colocando-o como sujeito fundamental na luta de classes para os enfrentamentos à ordem capitalista, que tem no racismo uma importante arma ideológica de dominação (MOURA, 2016, 2020 e 2021).

Onde a obra de Moura dialoga com o projeto de formação em serviço social?

Como já visto, são vários os elementos que oportunizam uma análise da realidade sob uma perspectiva crítica, ancorada em especial, na análise dos processos que demarcam o escravismo que permitiu a acumulação e o desenvolvimento do capitalismo. O racismo, portanto, é um componente fundamental para o avanço e manutenção da ordem imperialista. Assim, a obra de Moura inaugura uma compreensão histórica da forma insurgente na produção de conhecimentos, pois visa incorporar no pensamento social brasileiro, o desvelar de um processo que corrobora visceralmente para a constituição de uma ideologia e um *ethos* que naturaliza as desigualdades como um fenômeno imediato e secundário na luta de classes.

Moura é decisivo para a apreensão das determinações sociais do nosso tempo, o que nos ajuda a trazer uma perspectiva antirracista juntamente com outros referências no campo crítico, que inspiram uma formação que contribua para o enfrentamento do racismo dentro e fora da profissão.

Trazendo a dimensão empírica deste movimento, o serviço social brasileiro pelos princípios do código de ética e do projeto de formação, apresenta na gestão da ABEPSS (2023-2024) a formação antirracista como pauta central do mandato. Primeiro, como reparação histórica ao povo negro. Segundo, pelo acúmulo desta pauta nos últimos anos, fruto da luta de pesquisadoras, profissionais e estudantes negres que hoje representam mais de 50% da categoria (“Nossos passos vêm de longe”). Por fim, pelo legado crítico da profissão que em movimento, busca apreender na luta de classes as estratégias para o enfrentamento das expressões da questão social visando a sua superação. Isso implica novamente, fazer as pazes com a história (Iamamoto, 2012) que nesta quadra de agudização da crise do capital, evidencia as formas de exploração, expropriações e opressões (considerando classe, raça e gênero como elementos estruturantes no capitalismo).

Por isso, a ABEPSS desde a gestão 2017-2018 vem utilizando a figura da SANKOFA, nos “Subsídios para o debate étnico-racial na formação em serviço social” (2018). Buscando a partir desta metáfora, coerência com o que já caminhamos no serviço social desde a Virada (1979) e a práxis concreta que assimila o antirracismo, como marca da Formação e Trabalho Profissional que apontam para o futuro, sem perder de vista o seu legado.

Para tratar da luta antirracista é necessário enfrentar o modelo de universidade que se pauta no elitismo, que se manifesta de muitas formas (racismo, sexismo, machismo, etarismo e capacitismo) reproduzindo o conservadorismo próprio da branquitude como hegemonias (Moura, 2019).

Tirar o debate da chamada transversalidade e colocá-lo como constitutivo das relações sociais, reposiciona na profissão a sua efetiva defesa da classe trabalhadora e sua emancipação.

A fim de materializar a formação antirracista, evidenciamos a disputa nos currículos, que tenham conteúdos históricos, teóricos-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos disciplinas nos três núcleos de fundamentação das DC que contribuam para apreensão crítica dos fundamentos do racismo na sociedade moderna, sua manutenção e funcionalidade.

Com isso, a entidade caminha para uma posição que não basta a inserção de uma disciplina (obrigatória ou eletiva). O currículo precisa assegurar a inserção das categorias que permitam decifrar a realidade, considerando o longo processo de construção e desenvolvimento do racismo no modo de produção capitalista, desde a sua acumulação primitiva, baseada no modo de produção escravista.

A Entidade vem apontando ainda, a inclusão deste debate na pós-graduação, por meio de disciplinas, pesquisas e produções acadêmicas para o avanço e materialização desta proposta. Vale ressaltar que este quesito é colocado na lei 10.639/2003, que enfatiza o “Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” nos currículos do ensino básico ao superior.

Para isso, além do currículo, um conjunto de ações se coloca como instrumentos efetivos nesta luta, tais como: a efetivação da política de cotas raciais na graduação e pós-graduação assegurando as políticas de acesso e permanência estudantil; a presença de docentes nos cursos de graduação e pós-graduação considerando o cumprimento da lei de cotas em concursos públicos, o fortalecimento do debate nos Grupos Temáticos de Pesquisa da ABEPSS, a presença ativa de movimentos sociais e coletivos de estudantes negros e não negros na construção de políticas antirracistas na formação em serviço social. Estas ações em conjunto, confrontam e desnaturalizam o mito da democracia racial, a meritocracia, o racismo institucional e acadêmico que dão ainda, a tônica de uma universidade seletiva e pouco democrática.

A aproximação da obra de Clóvis Moura tem contribuído para as mediações necessárias entre os fundamentos da profissão e seus desafios, situando o debate na tradição marxista. Esta direção é decisiva na disputa com vertentes que colocam o debate do antirracismo no campo do estruturalismo, do culturalismo, do subjetivismo, do liberalismo e do pensamento pós-moderno. O que exige uma formação antirracista na direção social construída pela profissão e suas entidades organizativas nas quatro últimas décadas.

Estas disputas por liberdade radical são travadas pelo movimento negro desde que o primeiro negro foi escravizado. Este processo de enfrentamento ao racismo é tarefa da profissão, de outras áreas do conhecimento alicerçadas nas lutas dos sujeitos sociais nestes tempos difíceis de avanço do conservadorismo e do irracionalismo abstrato. O antirracismo, nesta direção, se coloca como arma crítica em busca de um horizonte emancipatório.

Considerações finais

Queremos com esses apontamentos afirmar que o debate sobre a questão social no Brasil está em plena atualização no Serviço Social. Dessa forma, importa pontuar que coadunamos com as contribuições expressas nas obras de Márcia Eurico (2017; 2018), Magali da Silva Almeida (2014), Roseli Rocha (2014), Ana Paula Procópio (2017) e Sheila Almeida Dias (2015) – dentre outras –, sobre a necessidade de incrementar a abordagem do Serviço Social sobre a questão social e as relações raciais.

Ademais a proposição deste trabalho é contribuir na abertura do debate com a categoria sobre a contribuição do pensamento social de Clóvis Moura aos fundamentos do serviço social, sobretudo em dois aspectos: i) a intrínseca articulação entre questão social e questão racial na formação do capitalismo dependente brasileiro; e ii) a relação da questão racial e questão social - este último objeto de intervenção do serviço social - nos fundamentos da gênese e consolidação da profissão na particularidade brasileira, bem como os reflexos na formação em serviço social.

Portanto, nos parece necessário pautar e reivindicar o legado das obras do marxista Clóvis Moura e a teoria crítica no debate da questão racial para firmar nossas análises críticas da realidade brasileira e os fundamentos teóricos, metodológicos e históricos do serviço social. Trata-se de um elemento estrutural destas relações e assim, carece ser abordado em suas múltiplas dimensões e determinações que de forma contundente e efetiva, precisa atravessar o conjunto da formação nos três Núcleos das DC e possui ainda, particularidades e conteúdos que evidenciam “a história que a história não conta”² (em disciplinas obrigatórias e eletivas, pesquisas, atividades, produções, vivências – que perpassam a formação graduada e pós-graduada)

Desse modo, o que pretendemos neste trabalho coletivo é tratar da questão racial como o tema central para compreensão das relações sociais, as particularidades sócio-históricas e o movimento das classes. Tais processos implicam visceralmente na chamada questão social e no Serviço Social que tem em suas expressões a sua matéria prima. Tomando como aporte as contribuições do intelectual militante Clóvis Moura, sustentamos a compreensão da questão social como fundante no processo de formação social brasileira e a população negra como sujeito ativo na construção da história. Passos que estão demarcados com o GTP das Resistências e Diversidade. Na luta por reconhecimento, representatividade, negro como sujeito e não como objeto, como fala Clóvis Moura que mostra como

² Fragmento do samba enredo da Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, campeã dos desfiles do Carnaval de 2019 do Rio de Janeiro, com o enredo História para ninar gente grande. Ler sobre: <https://www.redebrasilatual.com.br/cultura/2019/03/samba-da-mangueira-traz-marielle-e-dandara-e-a-historia-que-a-historia-nao-counta/>. Acesso em 30 set. 2022.

no Brasil precisamos parar de olhar para o negro como peça de necrotério ou de museu (*Sociologia do negro brasileiro*).

Referências

- ABEPSS. Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social. *Temporalis*, Brasília, n. 36, p. 422- 434, 2018.
- ABEPSS/CEDEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (Com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de Nov. 1996) Cadernos ABESS. n. 07. *Formação Profissional: trajetórias e desafios*. Edição Especial. São Paulo: Cortez Editora, 1997.
- ALMEIDA, Magali da Silva. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 34, p. 131-154, 2014.
- ALMEIDA, Sílvio. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2019.
- ALMEIDA, Sheila Dias. Serviço Social e relações raciais: caminhos para uma sociedade sem classes. *Temporalis*, Brasília, n. 29. p. 311-333, 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Deporto. Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social. *Diretrizes Curriculares*. Brasília, 26 fev. 1999. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes.pdf Acesso em 30 mar. 2023.
- ELPIDIO, Maria Helena. Diretrizes curriculares e questão racial: uma batida pulsante na formação profissional. *Revista Katálýsis*, Florianópolis, vol. 23, n. 3, p. 519-527, 2020.
- _____. Os fundamentos do serviço social e a questão racial étnico-racial In: ELPIDIO, Maria Helena; VALDO, João Paulo; ROCHA, Roseli (Orgs.). *Desafios para o Serviço Social na luta antirracista: questão étnico-racial em debate*. São Paulo: Annablume, 2021, p. 73-97.
- EURICO, Márcia. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 133, p. 515-529, 2018.
- _____. Da escravidão ao trabalho livre: contribuições para o trabalho do assistente social. *SER Social*, Brasília, vol. 19, n. 41, p. 414-427, 2017.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- GUERRA, Yolanda; LEITE, Janete Luzia; ORTIZ, Fátima Grave. (Orgs.). *Temas Contemporâneos: o Serviço Social em foco*. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

GUERRA, Yolanda. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. In: GUERRA, Yolanda; LEWGOY, Alzira Maria Baptista; MOLJO, Carina Berta; SERPA, Moema; SILVA, José Fernando Siqueira da (Orgs.). *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. Campinas: Papel Social, 2018, p. 25- 46.

_____. Elementos para uma crítica ontológica das “filosofias” e de seus fundamentos. In: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. *Fundamentos Filosóficos para o Serviço Social*. Coleção Fundamentos críticos para o Serviço Social, número 1. Fortaleza : Socialis, 2020.

IAMAMOTO, Marilda Villela ; CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e serviço social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. A questão social no capitalismo. *Temporalis*, Brasília, n.3, p. 09-32, 2001.

_____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2012.

_____; SANTOS, Cláudia Mônica dos. (Orgs.) *A história pelo Avesso: a reconceitualização do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo : Cortez, 2021.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. *O capital*. Crítica da Economia Política. Vol I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOURA, Clóvis. *A sociologia posta em questão*. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978.

_____. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois coedicação Anita Garibaldi, 2014a.

_____. *O negro: de bom escravo a mau cidadão?* São Paulo: Editora Dandara, 2021.

_____. O racismo como arma ideológica da dominação. In: *Racismo e luta de classes no Brasil*. Textos escolhidos de Clóvis Moura. Ed Terra Sem Amos: Brasil, p. 19- 46, 2020.

_____. Particularidades do racismo brasileiro. *Princípios*, São Paulo, n. 32, p. 62-64, 1994.

_____. *Rebeliões da senzala*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014b.

_____. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 14, p. 124-137, 1983.

_____. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.

- PROCÓPIO, Ana Paula. *O contrário de casa grande não é senzala. É quilombo! A categoria práxis negra no pensamento de Clóvis Moura*. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- ROCHA, Roseli da Fonseca. *A incorporação da temática étnico-racial no processo de formação em serviço social: avanços e desafios*. 2014. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- SILVA, Sandra Regina Vaz da; FAGUNDES, Gustavo. Clóvis Moura e a questão social no Brasil. *Revista Katálysis*, Florianópolis, vol. 25, n. 2, p. 222- 231, 2022.
- TEIXEIRA, Rodrigo José. *Fundamentos do Serviço Social: uma análise a partir da unidade dos Núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS*. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- YAZBEK, Carmelita; IAMAMOTO, Marilda Villela (Orgs.). *Serviço Social na história: América Latina, África e Europa*. São Paulo: Cortez, 2019.